

Indicadores de Crédito das Micro e Pequenas Empresas no Brasil



Indicadores de Crédito das Micro e Pequenas Empresas (MEP) no Brasil

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE

© 2016. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Gestão Estratégica

SGAS 605 – Conjunto A – CEP: 70200-904 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3348-7180

www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo Nacional

Robson Braga de Andrade

Diretor-Presidente

Guilherme Afif Domingos

Diretora Técnica

Heloisa Regina Guimarães de Menezes

Diretor de Administração e Finanças

Vinicius Lages

UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Gerente

Pio Cortizo Vidal Filho

Gerente Adjunta

Elizis Maria de Faria

UNIDADE DE ACESSO A MERCADOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

Gerente

Alexandre Comin

Gerente Adjunta

Patrícia Mayana Maynard Viana Souza

Equipe Técnica

Adalberto de Souza Luiz

João Silvério Júnior

Marco Aurélio Bedê

Rafael de Farias Moreira

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO

Gerente

Maria Cândida Bittencourt

Núcleo de Editoração

Lorena Ortale

Revisão Ortográfica

Discovery – Formação Profissional Ltda. – ME

Projeto Gráfico e Diagramação

Vanessa Farias - Grupo Informe Comunicação Integrada Ltda.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BC

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil – Bacen

Informações e contatos

Departamento de Atendimento Institucional – Deati

Divisão de Atendimento ao Cidadão – Diате

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo – CEP: 70074-900 – Brasília/DF

Telefone: 145 (custo de ligação local)

Internet: <http://www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO>

Diretoria de Política Econômica – Dipec

Departamento de Estudos e Pesquisas – Depep

Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania – Direc

Departamento de Educação Financeira – Depef

Equipe Técnica

Clodoaldo Aparecido Annibal

Danniel Lafeta Machado

Paulo Soares Sampaio

Sergio Mikio Koyama

Sumário

Introdução.....	6
1. Evolução da concessão de crédito às MPE	9
2. Evolução do valor total das operações de crédito	11
3. Evolução do valor médio das operações de crédito.....	14
4. Evolução da taxa de juros média das operações.....	16
5. Evolução do prazo médio das operações.....	18
6. Evolução da inadimplência.....	22
7. Recursos livres x recursos direcionados	24
8. Composição do crédito com recursos livres.....	27
9. Valor médio por tipo de operação	30
10. Análise dos tomadores de crédito por segmentos	35
10.1 Análise dos créditos dos empresários por sexo.....	36
10.2 Análise dos créditos dos empresários por faixa etária	38
10.3 Análise dos créditos dos empresários por faixa de escolaridade	40
10.4 Análise dos créditos das empresas por porte.....	42
10.5 Análise dos créditos das empresas por condição de adimplência	44
10.6 Análise dos créditos das empresas por condição de risco.....	46
11. Considerações finais	49
12. Referências	53

INTRODUÇÃO

O acesso ao crédito é um dos temas mais relevantes para as Micro e Pequenas Empresas (MPE). Seja no momento da abertura, seja após a estabilização das atividades, trata-se de um importante instrumento de alavancagem dos empreendimentos. Porém, na economia brasileira, são justamente os Pequenos Negócios os que mais enfrentam dificuldades nessa área.

Este relatório é o primeiro de uma série que se pretende produzir a partir da parceria entre Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Central do Brasil (BC). O trabalho sistematiza um conjunto de indicadores inéditos, criados para monitorar a situação de crédito às MPE no Brasil. Este estudo tem como objetivo:

- Propor uma metodologia que permita o monitoramento de indicadores de crédito específicos sobre as MPE;
- Divulgar um panorama sobre a situação recente dessas empresas no tocante ao acesso ao crédito.

A equipe técnica responsável pela elaboração deste relatório foi integrada por representantes do Sebrae e do BC. Este é o primeiro passo no desenvolvimento da metodologia, que poderá ser aperfeiçoada por meio de trabalho conjunto das equipes técnicas de ambas as instituições.

O relatório partiu do cruzamento das informações de uma amostra de aproximadamente 3.000 Pequenos Negócios formais, que participaram de uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em 2015, com a base de dados do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR). A coleta e manipulação de dados do SCR foram feitas pela equipe do BC.

A pesquisa original do Sebrae, intitulada “Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil”, foi realizada entre maio e junho de 2015. Entre os principais resultados, esta pesquisa revelou que menos de ¼ das MPE havia tomado um novo empréstimo bancário, no primeiro semestre daquele ano. Além disso, as principais formas de financiamento utilizadas pelas empresas eram o pagamento de fornecedores a prazo e o uso do cheque especial.

Após a conclusão daquela pesquisa, a pedido do Sebrae, o BC processou uma série de infor-

mações sobre as empresas que tinham participado da pesquisa, extraídas do SCR. Este sistema passou a disponibilizar informações sobre as operações de crédito das empresas, acima de R\$ 1.000,00, a partir de janeiro de 2012. O último dado disponível até o fechamento deste relatório foi de setembro de 2015. Por conta disso, este trabalho apresenta as mesmas limitações. Para tornar os dados comparáveis no tempo, todas as informações processadas pelo BC foram aqui deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo sido trazidos para a mesma base de comparação, a valores constantes de setembro de 2015.

Entre as variáveis extraídas do SCR, estão, por exemplo, a proporção de empresas com operações ativas de crédito, a evolução do valor total destas operações, o valor médio das operações, a composição por tipo de operação, a taxa de juros média paga pelos Pequenos Negócios, o prazo médio das operações de crédito e a proporção de empresas inadimplentes.

Neste relatório ainda foi analisado o perfil dos empresários tomadores de crédito, por segmentos específicos, segundo o sexo (homens/mulheres), a faixa etária (até 34 anos/35 anos ou mais), a faixa de escolaridade dos empresários (até Ensino Médio completo/Ensino Superior incompleto ou mais), o porte da empresa (Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP), a condição de adimplência (adimplentes/inadimplentes) e a classificação de risco das empresas (alto, médio/baixo).

Os critérios de classificação dos entrevistados por porte, sexo, escolaridade e faixa etária foram obtidos no âmbito da pesquisa original do Sebrae. Os critérios de classificação de adimplência e risco são oriundos do SCR. As informações sobre as operações de crédito destas empresas foram extraídas dos registros do SCR.

Finalmente, no último capítulo são apresentadas as considerações finais.

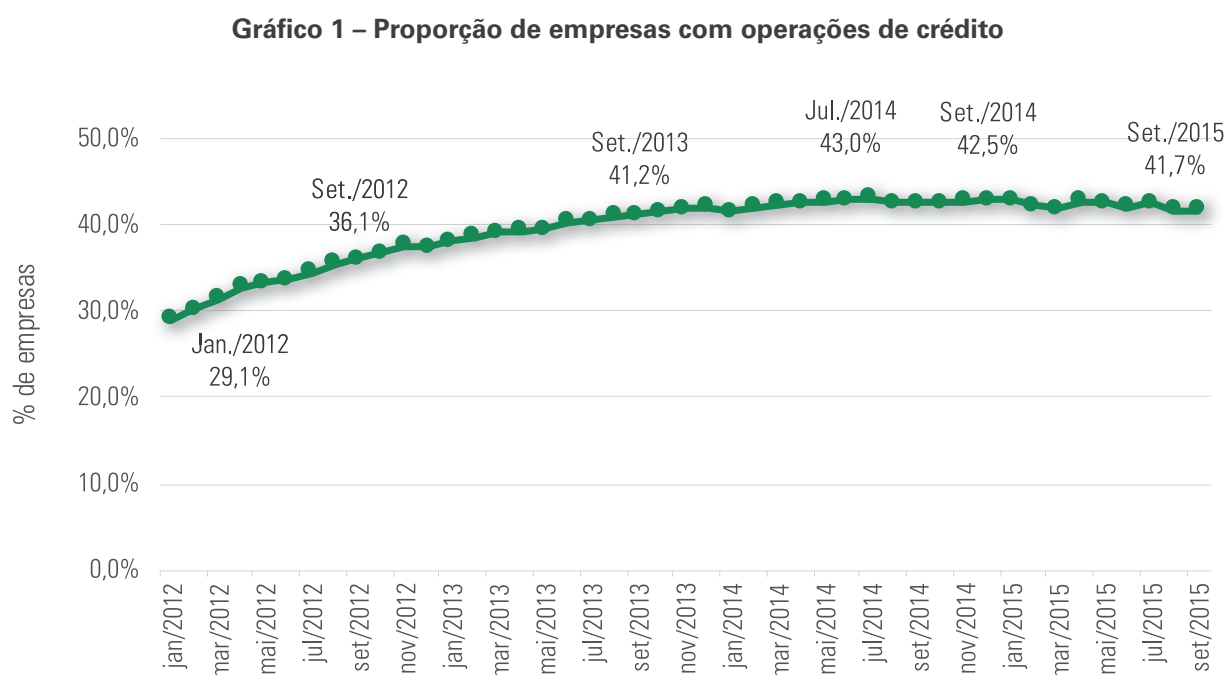
1

EVOLUÇÃO DA CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS MPE

1. EVOLUÇÃO DA CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS MPE

Em setembro de 2015, 41,7% das empresas da amostra analisada possuíam algum tipo de operação ativa de crédito, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Comparado este mês com o primeiro mês da série (janeiro de 2012), houve uma expansão de 43%. Esta expansão, no entanto, concentrou-se, em grande parte, no período que vai até julho de 2014 (pico da série).

Assim, é possível verificar dois períodos distintos: o primeiro, entre janeiro de 2012 e julho de 2014 (gráfico 1), quando a proporção de empresas com operações ativas de crédito passou de 29,1% para 43% – em parte, esta expansão resultou da própria política de crédito expansionista promovida pelo governo federal –; e o segundo, de julho de 2014 em diante, quando o indicador passou a apresentar ligeira tendência de queda, refletindo a desaceleração da economia brasileira, chegando a 41,7% das MPE em setembro de 2015.



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

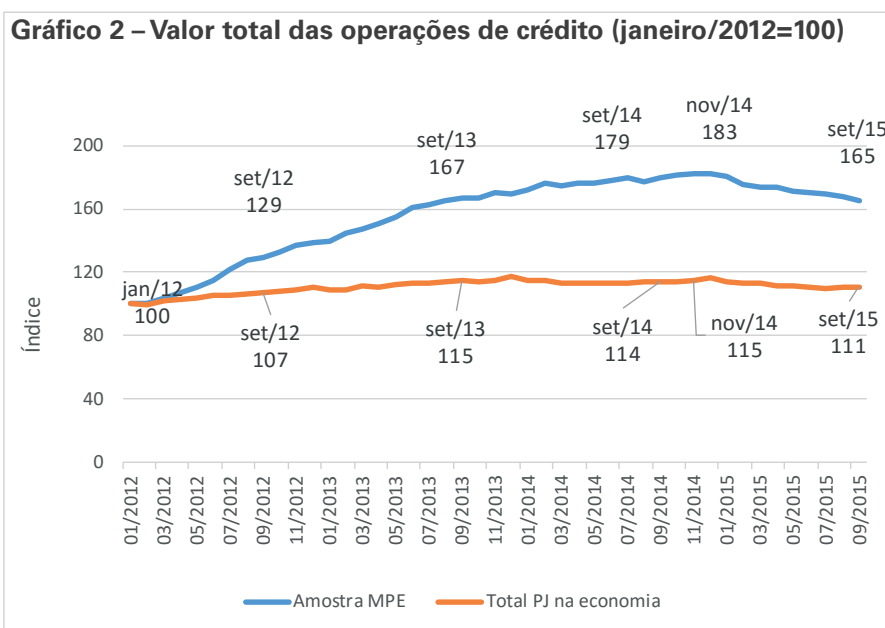
2

EVOLUÇÃO DO VALOR
TOTAL DAS OPERAÇÕES
DE CRÉDITO

2. EVOLUÇÃO DO VALOR TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Com base nos dados das empresas participantes na amostra aqui analisada, verifica-se que, entre janeiro de 2012 e setembro de 2015, o valor total das operações apresentou expansão de 65%. Não obstante a evolução positiva dessa série, observa-se também dois períodos bem distintos. O primeiro, entre janeiro de 2012 e novembro de 2014, quando o valor total das operações de crédito passou do índice 100 (janeiro de 2012) para 183 em novembro de 2014 (pico da série), o que corresponde a uma expansão de 83% no valor total das operações do período. O segundo, de novembro de 2014 a setembro de 2015, quando o valor total das operações registrou tendência de queda, associada à desaceleração da economia brasileira, com menos empresas tomando crédito (vide seção 1) e com queda no valor médio das operações (vide seção 3).

A título de comparação, entre janeiro de 2012 e setembro de 2015, o saldo total das operações de crédito para pessoas jurídicas (PJ) passou do índice 100 (janeiro de 2012) para 111 em setembro de 2015. Assim, na comparação entre o primeiro e o último dado das séries, a expansão no caso das MPE (65%) foi bem superior à média das pessoas jurídicas na economia (11%).



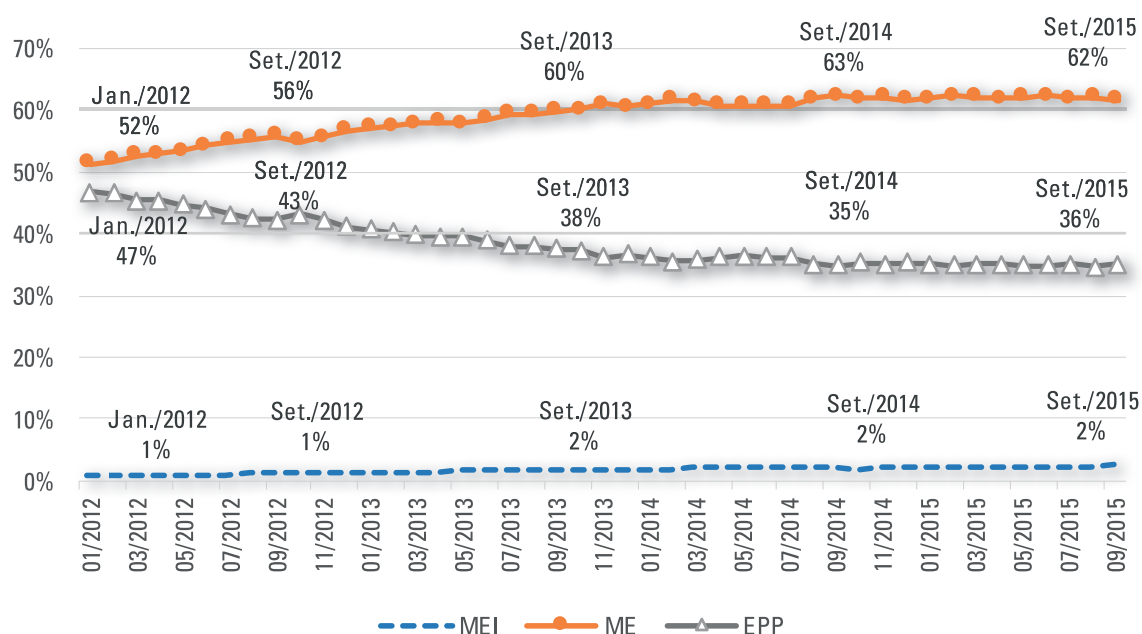
Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Nota: valores constantes de setembro de 2015, deflacionados pelo IPCA.

* De acordo com o Sebrae, apesar de as MPE responderem por 98% das empresas privadas, a sua participação em variáveis monetárias é bem mais modesta. As MPE respondem por 27% do PIB e 0,8% das exportações. Especificamente no tocante ao crédito concedido às empresas, de acordo com o IFdata do BC, em setembro de 2015, as MPE respondiam por 20% da carteira de crédito ativa das PJ.

O gráfico 3 apresenta a evolução da participação relativa das empresas da amostra, por porte, no valor total das operações de crédito das MPE. Por ele, é possível verificar que o período de maior expansão das operações de crédito do conjunto das MPE, entre janeiro de 2012 e novembro de 2014 (gráfico 2), foi acompanhado pela ampliação da participação relativa das ME e pela concomitante queda da participação relativa das EPP. Em termos absolutos, houve expansão em todos os portes (MEI, ME e EPP). Porém, a expansão foi mais forte no caso das ME, o que levou ao aumento da sua participação relativa. Entre janeiro de 2012 e setembro de 2014, a participação das ME, no valor total das operações de crédito às MPE, passou de 52% para 63%. No mesmo período, as EPP viram sua participação relativa cair de 47% para 35%, enquanto a participação dos MEI passou de 1% para 2%. Nos 12 meses subsequentes, essa distribuição quase não sofreu alteração. Entre setembro de 2014 e setembro de 2015, as alterações no período foram marginais, com oscilação de apenas 1%.

Gráfico 3 – Evolução da participação relativa das empresas, por porte, no valor total das operações de crédito das MPE (%)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Nota: valores constantes de setembro de 2015, deflacionados pelo IPCA.

Nota: em dezembro de 2015, dos 10,2 milhões de MPE existentes no país, 52% eram MEI, 37%, microempresas e 11%, empresas de pequeno porte. (fonte: "O Público do Sebrae", Sebrae 2015)

3

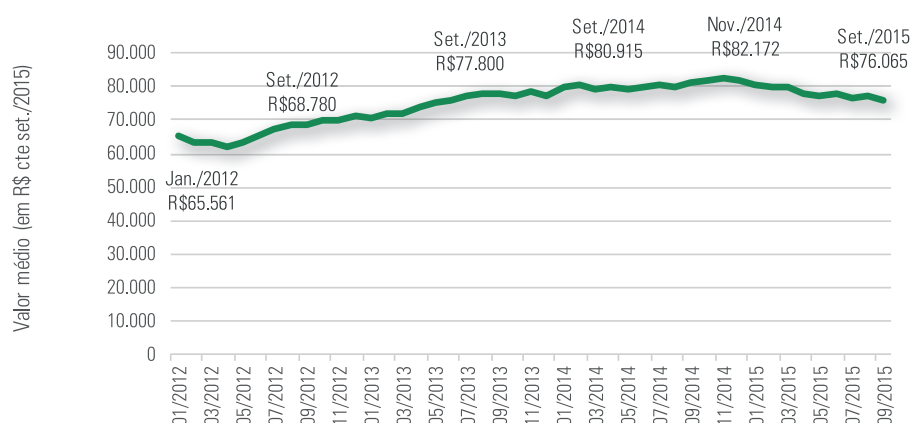
EVOLUÇÃO DO VALOR
MÉDIO DAS OPERAÇÕES
DE CRÉDITO

3. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O valor médio das operações de crédito também apresentou dois movimentos claros: um de expansão, entre janeiro de 2012 e novembro de 2014 (pico da série), quando passou de R\$ 65,6 mil para R\$ 82,2 mil (expansão real de 25%); e o outro de queda, entre novembro de 2014 e setembro de 2015, quando passou de R\$ 82,2 mil para R\$ 76,1 mil (queda real de 7%).

Em setembro de 2015, o valor médio das operações de crédito (R\$ 76,1 mil) foi o mais baixo para o mês de setembro, na comparação com os dois últimos anos (gráfico 4), ficando 6% abaixo do verificado em setembro de 2014. Observe-se que a queda do valor médio das operações se inicia após novembro de 2014, acompanhando a queda do valor total das operações de crédito das MPE (gráfico 2). Pode ter colaborado para isso o aumento do custo médio do crédito no período mais recente (ver seção 4).

Gráfico 4 – Valor médio das operações



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Nota: valores constantes de setembro de 2015, deflacionados pelo IPCA.

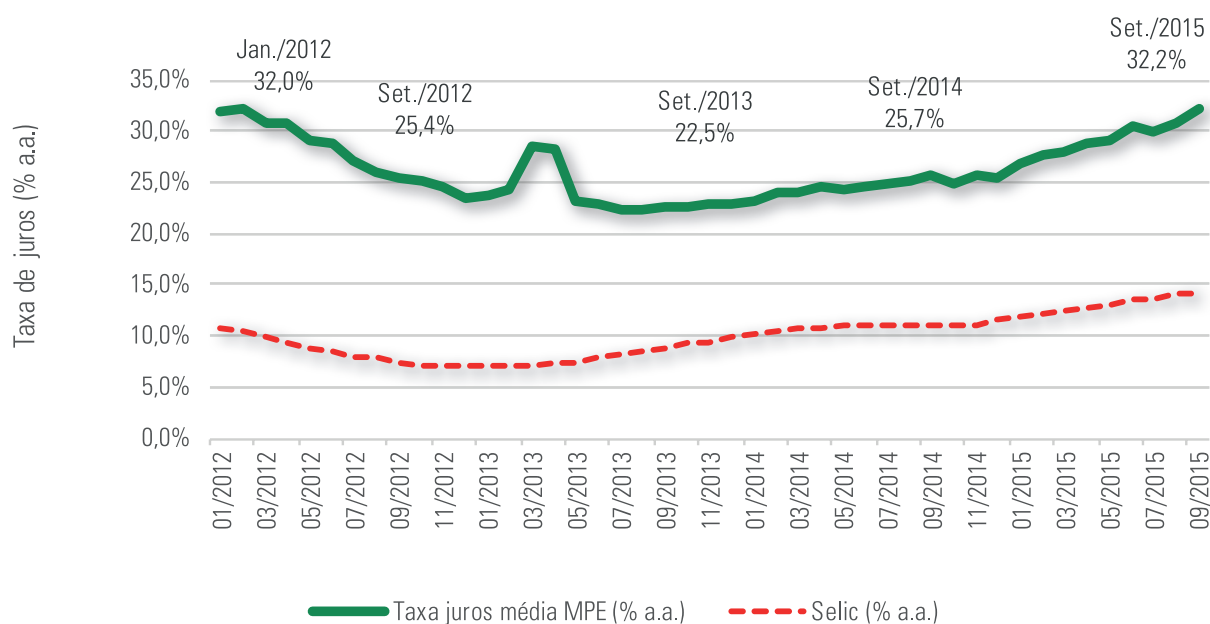
4

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS MÉDIA DAS OPERAÇÕES

4. EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS MÉDIA DAS OPERAÇÕES

A taxa de juros média paga pelos Pequenos Negócios nas operações de crédito atingiu, em setembro de 2015, o maior nível da série histórica: 32,2% ao ano (a.a.). Este valor ficou apenas um pouco acima do verificado no início da série, em janeiro de 2012 (32% a.a.); porém, quase 50% maior que a taxa de juros média praticada em setembro de 2013 (22,5% a.a.), que foi o melhor mês de setembro para os Pequenos Negócios nos últimos quatro anos, em termos de custo do crédito. Verifica-se, também, que a taxa média paga pelos Pequenos Negócios segue trajetória semelhante à taxa Selic, o que já era esperado, visto que esta última é considerada como uma taxa básica de juros para o mercado.

Gráfico 5 – Taxa de juros média das operações de crédito (% a.a.)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

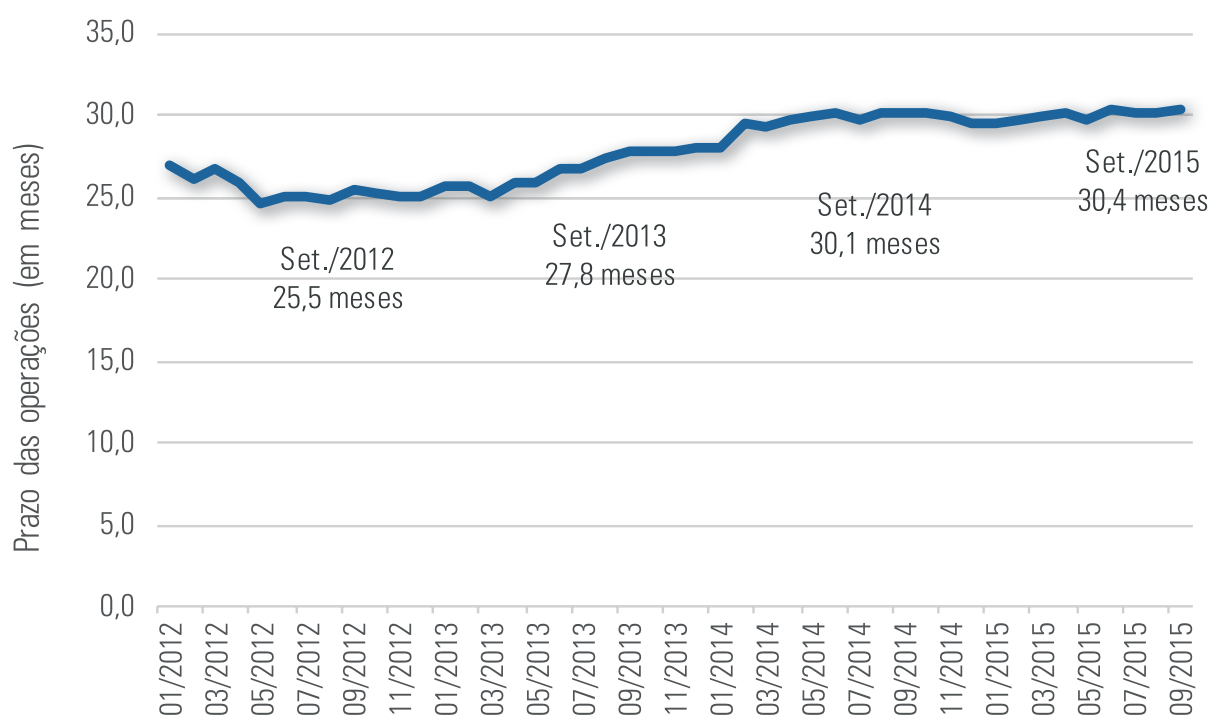
5

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DAS OPERAÇÕES

5. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DAS OPERAÇÕES

Em setembro de 2015, o prazo médio das operações de crédito das MPE da amostra atingiu 30,4 meses. Trata-se do maior prazo médio da série histórica, após longo período de crescimento, quase contínuo. Na comparação entre setembro de 2012 e setembro de 2015, houve uma expansão de 19% neste prazo médio. Em princípio, esse resultado parece indicar uma tentativa, por parte das empresas, de alongamento dos prazos dos créditos tomados. Vale observar que, nesse período, foi crescente a participação relativa das operações de crédito para capital de giro.

Gráfico 6 – Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra (meses)



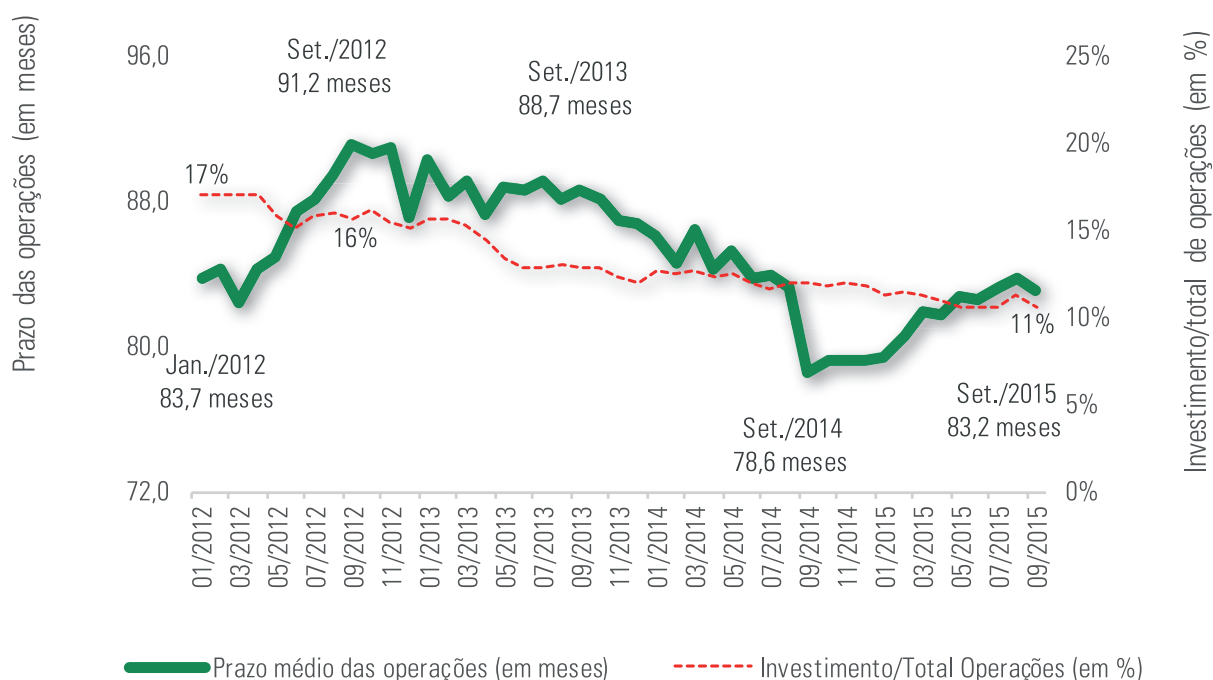
Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Nota: A ponderação aqui utilizada leva em conta o peso da empresa na amostra, por porte (MEI, ME e EPP) e região (N, NE, S, SE, CO) para que a amostra seja representativa do universo.

Os prazos médios do gráfico 6 espelham a situação média das MPE da amostra, conforme seu peso relativo na própria amostra (seguem a ponderação da amostra).

Alternativamente, quando considerado o peso dos créditos tomados em relação ao volume total de crédito, ou seja, quando os empréstimos maiores têm maior peso na análise, chegamos a prazos médios bem mais elevados. Assim, por esta nova ponderação, em setembro de 2015, o prazo médio das operações de crédito atingiu 83,2 meses (gráfico 7). Neste caso, vale observar que operações com valores mais elevados tendem a ter prazos maiores para pagamento. É o caso, por exemplo, das operações com recursos direcionados e créditos para investimento. Neste caso, na comparação de setembro de 2015 com setembro de 2012, verifica-se uma queda acumulada de 9%. Conforme observado no gráfico 7, esta queda parece estar associada à retração da participação relativa das operações de crédito para investimento no total das operações de crédito das MPE. Entre setembro de 2012 e setembro de 2015, a participação dos créditos para investimento caiu de 16% para 11% no total de créditos tomados pelas MPE.

Gráfico 7 – Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito (meses)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Nota: A ponderação aqui utilizada leva em conta o peso da empresa na amostra e o volume de crédito tomado pelas empresas, por tipo de crédito.

Esses dados parecem indicar que, se por um lado, a queda da participação relativa dos investimentos no total de créditos tomados pelas MPE tem exercido um efeito de redução no prazo médio das operações de crédito destas empresas, por outro lado, o uso de uma cesta de créditos cada vez mais concentrada no capital de giro está sendo acompanhada por uma tentativa das empresas de ampliar os prazos das operações dessa natureza (por exemplo, fugindo do uso do cheque especial).

6

EVOLUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

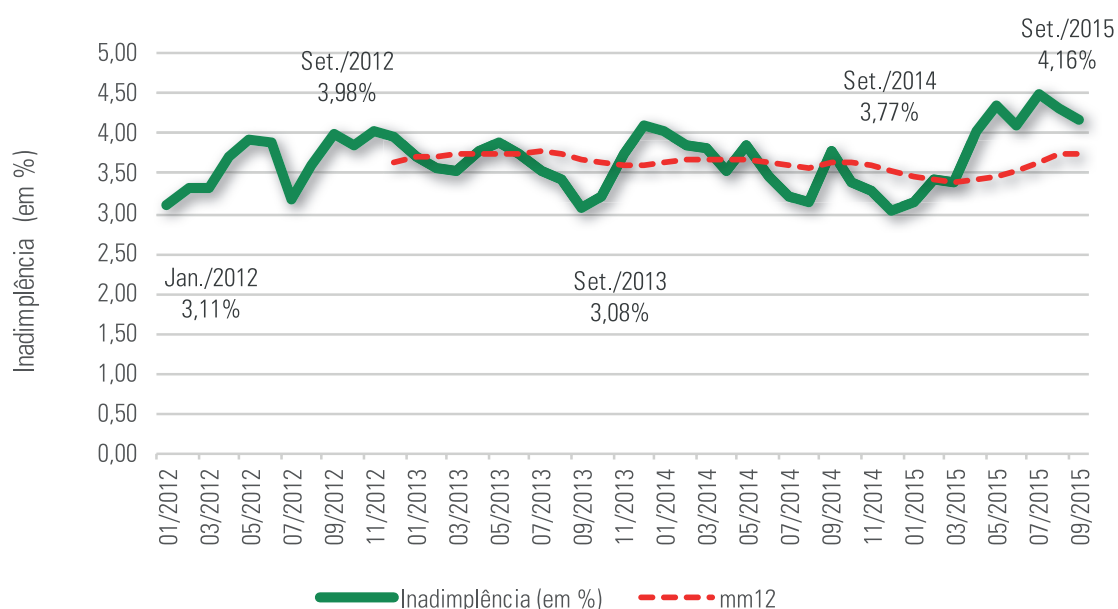
6. EVOLUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

A proporção de empresas inadimplentes¹ em relação ao total das que tomaram crédito tem oscilado entre 3% e 4,5%. As séries sobre inadimplência costumam apresentar sazonalidade, em geral, mais alta no primeiro quadrimestre e mais baixa no último quadrimestre de cada ano.

Não obstante a baixa taxa de inadimplência ao longo do período analisado, setembro de 2015 registrou a maior taxa de inadimplência para o mês de setembro, desde o início da série. Em parte, isso deve-se às dificuldades de caixa das empresas, comum em períodos de retração da economia.

A análise da média móvel de 12 meses (m.m. 12) da variável inadimplência, indicador que reduz o efeito da sazonalidade, revela que havia uma tendência de queda da inadimplência até março de 2015, passando a mostrar tendência de alta após esse período.

Gráfico 8 – Proporção de empresas inadimplentes (%)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

¹ Uma empresa é considerada inadimplente quando apresenta alguma parcela a pagar com atraso superior a 90 dias.

7

RECURSOS LIVRES
X RECURSOS
DIRECCIONADOS

7. RECURSOS LIVRES X RECURSOS DIRECIONADOS

Segundo o BC, em 2014, a participação dos recursos direcionados no total das operações de crédito no SFN com pessoas jurídicas foi de 51 % (BC, 2014).

“Créditos direcionados são aqueles destinados a determinados setores ou atividades, realizados com recursos regulados em lei ou normativo” (LUNDBERG, 2011). Trata-se de recurso de crédito cuja aplicação é direcionada para setores ou atividades específicas, definidas, em geral, pela política de crédito do governo. São exemplos as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – por exemplo, Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame), Financiamento de Empreendimentos (Finem) etc. –, fundos constitucionais, crédito habitacional e crédito rural.

No caso das empresas da nossa amostra, que reflete a situação do universo de Pequenos Negócios, as operações de crédito com recursos direcionados também são relevantes, porém apresentam uma proporção mais modesta. Apenas 33% do crédito utilizado pelos Pequenos Negócios são recursos direcionados; os 67% restantes são operações com recursos livres.²

Gráfico 9 – Crédito concedido às MPE: recursos livres x direcionados (%) (set/2015)

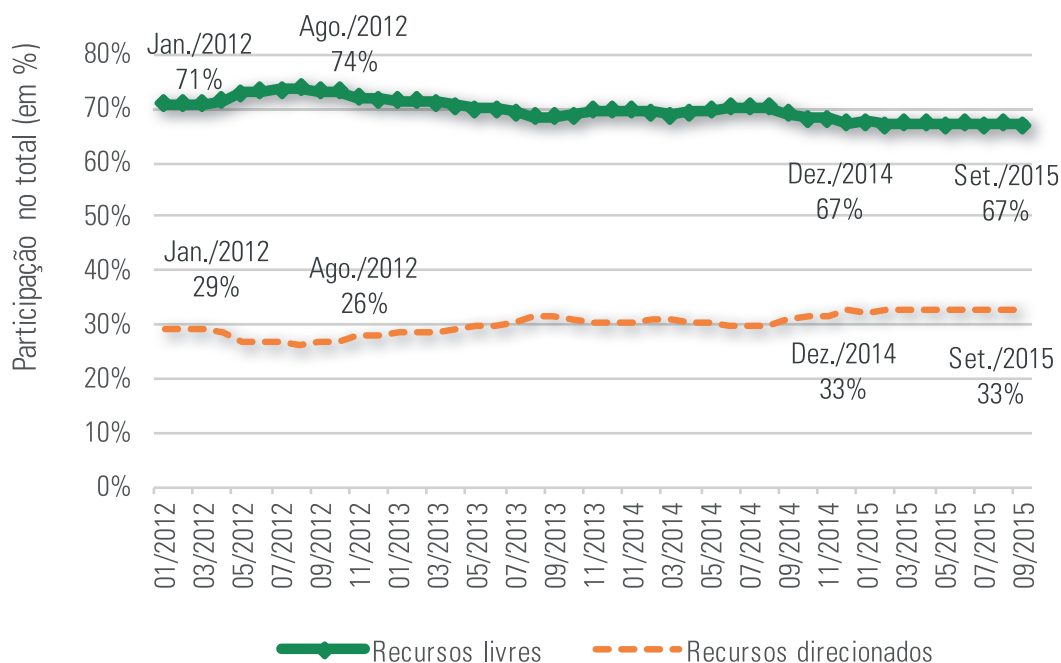


Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

² Operações de crédito cujas taxas de juros são livremente acordadas entre as instituições financeiras e os tomadores, sem destinação específica, podendo ser usadas para capital de giro e outras modalidades.

A baixa participação de recursos direcionados na composição dos créditos tomados pelas MPE, quando comparado à média geral da economia, revela que as MPE beneficiam-se proporcionalmente menos da política de crédito governamental do que as Médias e Grandes Empresas. A participação dos recursos direcionados no total de créditos das MPE sempre foi minoritária (gráfico 10). Não obstante, nos últimos anos, aumentou ligeiramente essa participação, com concomitante queda da participação relativa dos recursos livres. Particularmente, no período mais recente, isso pode estar associado a um maior rigor dos bancos no processo de concessão de crédito com recursos livres, à medida em que foi se constatando deterioração dos fundamentos econômicos.³ Entretanto, no âmbito dos recursos direcionados, as MPE passaram a acessar valores médios por operação mais elevados (gráfico 13 e tabela 1), refletindo uma melhoria na sua inserção naquele tipo de recurso. Vale lembrar que, em geral, os empréstimos com recursos direcionados tendem a apresentar condições mais vantajosas que a média do mercado (juros menores e prazos maiores).

Gráfico 10 – Recursos livres x recursos direcionados como proporção do crédito total concedido às MPE (%)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

³ "No primeiro semestre de 2015, o ambiente de crédito espelhou o cenário de desaquecimento econômico, juros mais elevados, condições menos favoráveis no nível de emprego e redução no nível de confiança dos consumidores e dos empresários. Esse cenário levou à redução na demanda por crédito e à adoção de critérios de concessão mais conservadores por parte das instituições financeiras, contribuindo para reduzir a taxa de crescimento da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)" (BC, 2015).

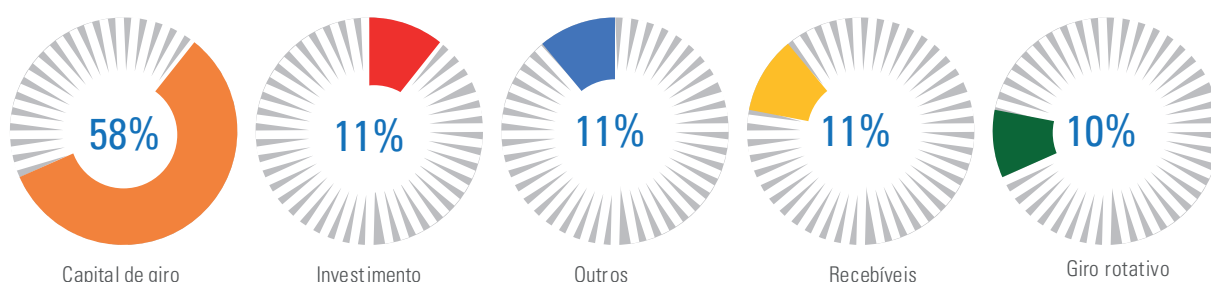
8

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS LIVRES

8. COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

Em setembro de 2015, 11% dos créditos obtidos pelas MPE com recursos livres foram destinados para investimento, 58% para capital de giro, 10% para giro rotativo, 11% para recebíveis e 11% para outros tipos de crédito. A soma de todas as operações de crédito, que não são investimento, corresponde a 89% dos recursos livres obtidos pelas MPE.

Gráfico 11 – Composição das operações de crédito das MPE com recursos livres, em setembro/2015 (%)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Notas:

Investimento: recursos para aquisição de veículos automotores, bens, financiamento de projeto e arrendamento financeiro (por exemplo, veículos);

Capital de giro: empréstimos e financiamentos destinados predominantemente para capital de giro (compra de matéria-prima ou mercadoria de revenda, pagamentos de impostos, salários e demais custos e despesas operacionais);

Giro rotativo: cheque especial e conta garantida;

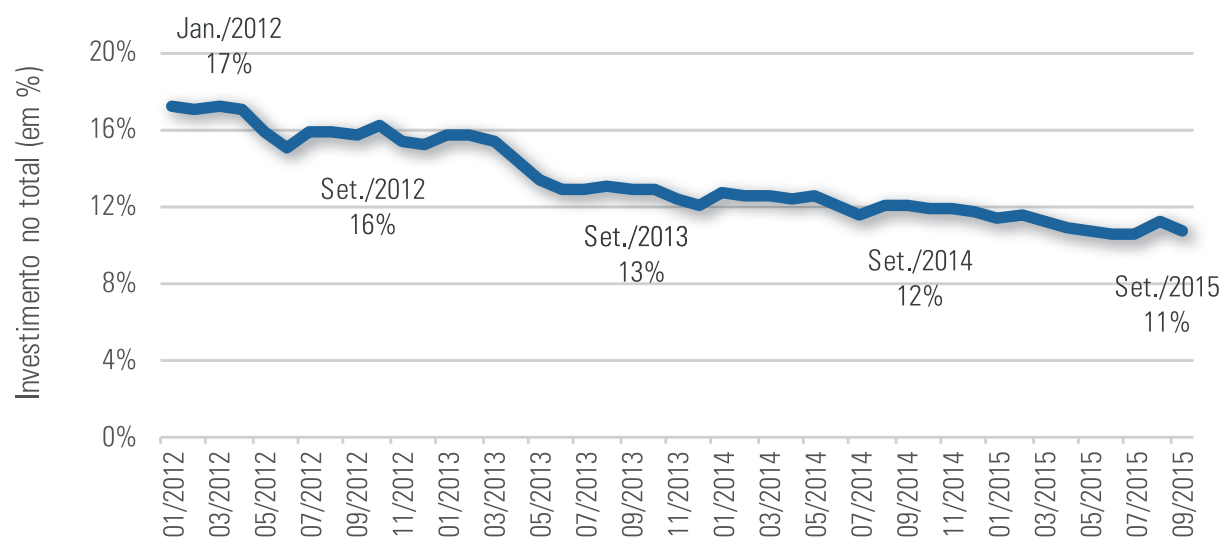
Recebíveis: vendor/compror, recebíveis adquiridos, desconto de duplicatas, desconto de cheques, antecipação de fatura de cartão de crédito e outros títulos descontados;

Outros: adiantamentos a depositantes, crédito rotativo vinculado a cartão de crédito, cartão de crédito, compra ou fatura parcelada pela instituição financeira emitente do cartão, financiamento de projeto, outros empréstimos, cartão de crédito (compra à vista e parcelado lojista, outros).

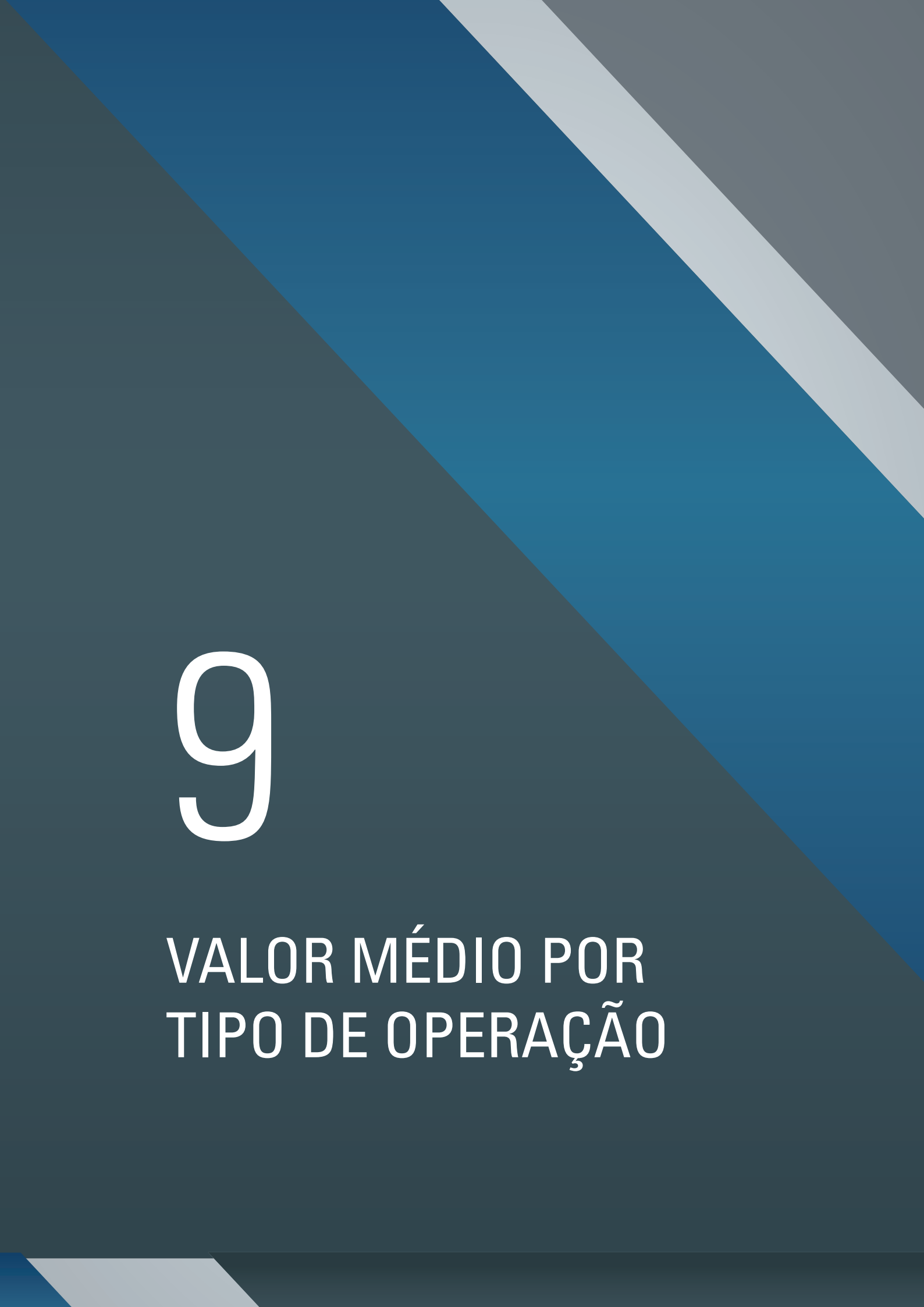
A proporção dos recursos destinados a investimentos em relação ao total das operações de crédito com recursos livres, em setembro de 2015 (11%), foi a menor encontrada em setembro, ao longo de toda a série. A queda sistemática da proporção das operações de crédito para investimentos tem acompanhado, de perto, a desaceleração da economia brasileira. Vale

observar que esta queda é acompanhada *pari passu* pela redução do valor médio deste tipo de operação (gráfico 12 e tabela 1).

Gráfico 12 – Participação dos investimentos no total de operações de crédito das MPE com recursos livres (%)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae



9

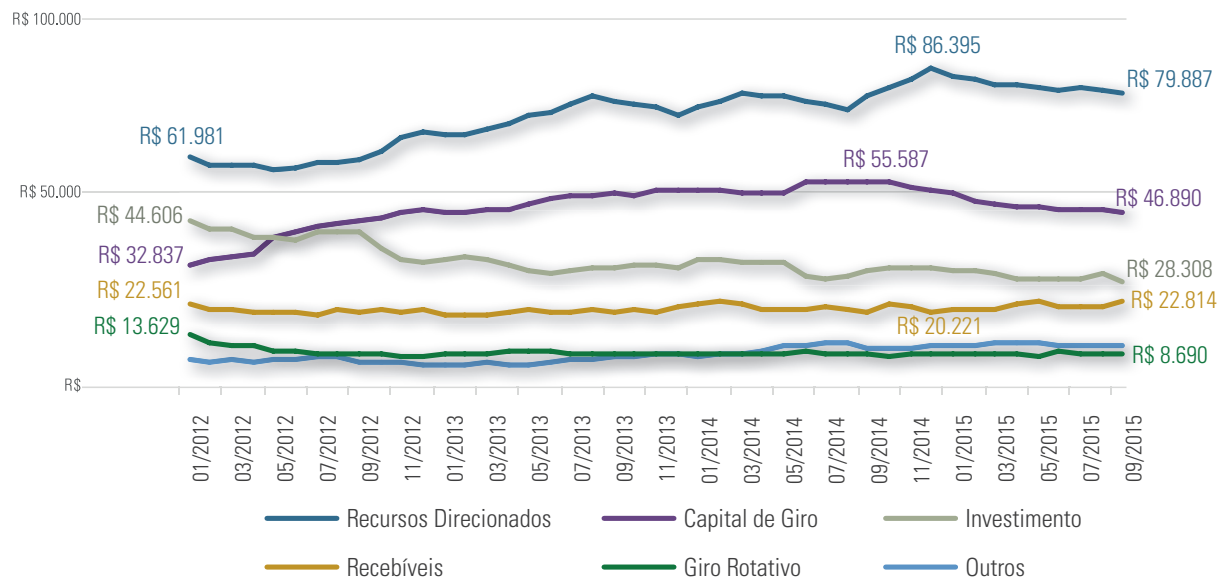
VALOR MÉDIO POR
TIPO DE OPERAÇÃO

9. VALOR MÉDIO POR TIPO DE OPERAÇÃO

O valor médio das operações com recursos direcionados é, de longe, o mais elevado (gráfico 13 e tabela 1). Em setembro de 2015, chegou a R\$ 79,9 mil por operação e até apresentou uma evolução positiva, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, tendo atingido, neste último mês, o pico do valor médio (R\$ 86,4 mil).

O valor médio para capital de giro chegou a R\$ 46,9 mil em setembro de 2015, tendo atingido seu pico em setembro de 2014 (R\$ 55,6 mil). No entanto, desde então passou a apresentar tendência de queda.

Gráfico 13 – Valor médio das operações (R\$ cte setembro/2015)



Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Notas: Valores constantes de setembro de 2015, deflacionados pelo IPCA.

Recursos direcionados: créditos de infraestrutura, crédito rural e crédito imobiliário;

Capital de giro: empréstimos e financiamentos destinados predominantemente para capital de giro (compra de matéria-prima ou mercadoria de revenda, pagamentos de impostos, salários e demais custos e despesas operacionais);

Investimento: recursos para aquisição de veículos automotores, bens, financiamento de projeto e arrendamento financeiro (por exemplo, veículos);

Recebíveis: vendedor/compror, recebíveis adquiridos, desconto de duplicatas, desconto de cheques, antecipação de fatura de cartão de crédito e outros títulos descontados;

Giro rotativo: cheque especial e conta garantida;

Outros: adiantamentos a depositantes, crédito rotativo vinculado a cartão de crédito, cartão de crédito, compra ou fatura parcelada pela instituição financeira emitente do cartão, financiamento de projeto, outros empréstimos, cartão de crédito (compra à vista e parcelado lojista, outros).

Os créditos destinados para o investimento chegaram, em média, a R\$ 28.308 por operação, em setembro de 2015 (o menor valor da série). Considerando todo o período de análise, houve nítida tendência de queda do valor médio neste tipo de operação. Também foi o tipo de operação em que o valor médio sofreu maior queda. Na comparação setembro de 2015 com o primeiro mês da série (janeiro de 2012), por exemplo, verificou-se uma queda de 37% no valor médio das operações de crédito destinadas a investimento.⁴

Os recebíveis (desconto de títulos, desconto de duplicatas, desconto de cheques etc.) apresentaram relativa estabilidade ao longo de toda a série, flutuando, principalmente, em torno de R\$ 20 mil e R\$ 22 mil por operação, em média.

Por sua vez, o valor médio do giro rotativo (por exemplo, cheque especial e conta garantida), tal como no caso do investimento, apresentou queda ao longo da série histórica. Esta queda deve estar associada à desaceleração da atividade econômica e, mais recentemente, aos aumentos das taxas de juros básicas da economia, fatores que tendem a encarecer substancialmente o custo do uso do cheque especial.

⁴ Na comparação entre setembro/ de 2015 (último dado da série) e janeiro/2012 (primeiro dado da série), já descontada a inflação, houve um aumento de 43% no valor médio das operações de capital de giro, aumento de 29% no valor médio dos recursos direcionados, aumento de 1% no valor médio dos recebíveis, queda de 36% no valor médio do giro rotativo e queda de 37% no valor médio dos investimentos.

Tabela 1 – Valor médio por tipo de operação de crédito (R\$ cte setembro/2015)

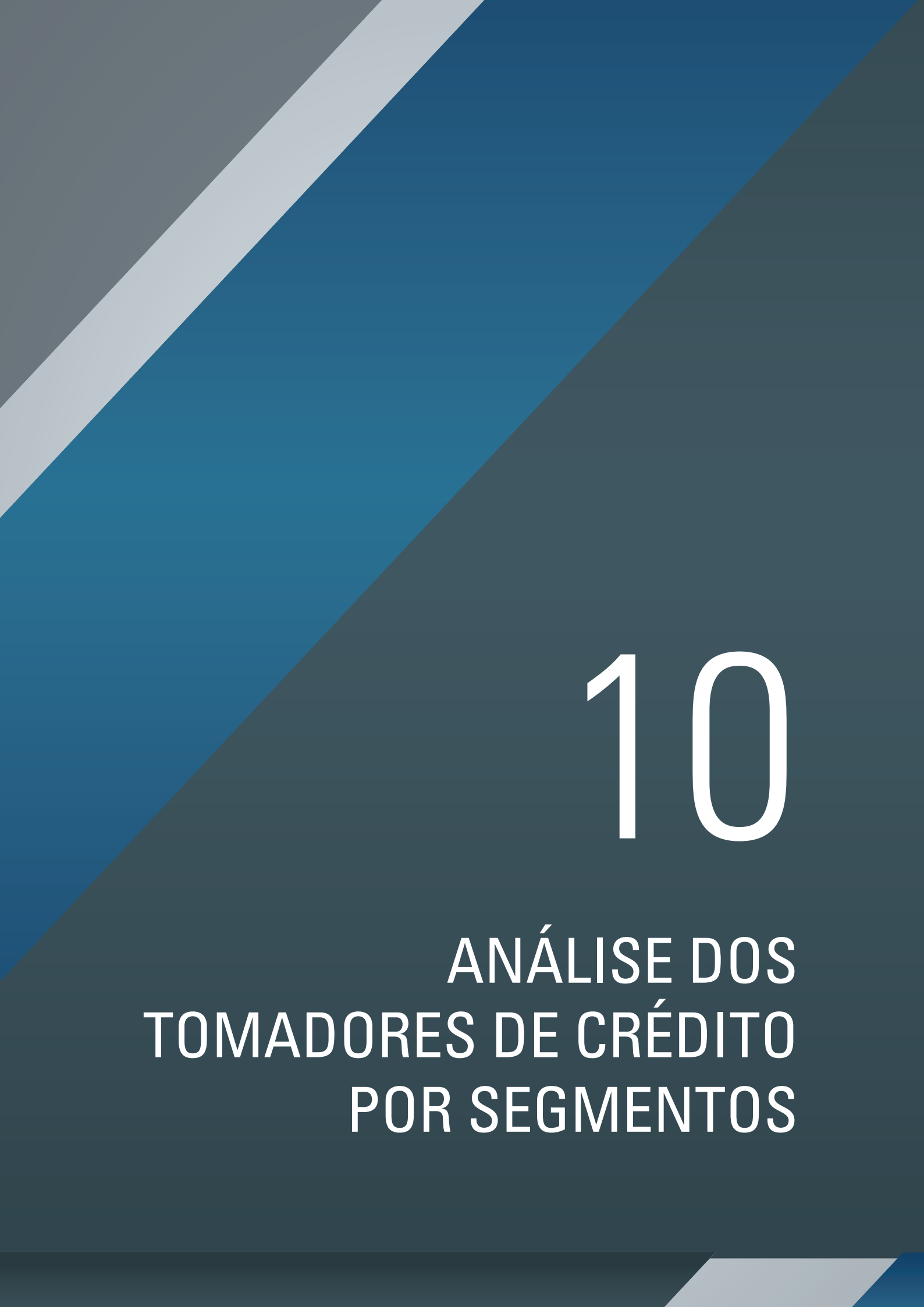
	Média geral	Capital de giro	Investimento	Giro rotativo	Recebíveis	Outros	Recursos direcionados
01/2012	R\$ 65.561	R\$ 32.837	R\$ 44.606	R\$ 13.629	R\$ 22.561	R\$ 7.410	R\$ 61.981
02/2012	R\$ 63.316	R\$ 34.434	R\$ 42.493	R\$ 12.110	R\$ 20.516	R\$ 6.805	R\$ 59.985
03/2012	R\$ 63.123	R\$ 35.383	R\$ 42.571	R\$ 11.327	R\$ 20.721	R\$ 6.841	R\$ 60.390
04/2012	R\$ 62.154	R\$ 36.138	R\$ 40.567	R\$ 10.920	R\$ 20.334	R\$ 6.685	R\$ 60.161
05/2012	R\$ 63.561	R\$ 40.203	R\$ 40.121	R\$ 9.419	R\$ 19.976	R\$ 6.880	R\$ 58.843
06/2012	R\$ 65.523	R\$ 42.195	R\$ 39.668	R\$ 9.225	R\$ 19.720	R\$ 7.468	R\$ 59.193
07/2012	R\$ 67.613	R\$ 43.334	R\$ 41.708	R\$ 8.779	R\$ 18.983	R\$ 8.085	R\$ 60.979
08/2012	R\$ 68.848	R\$ 44.311	R\$ 42.273	R\$ 8.745	R\$ 20.498	R\$ 7.716	R\$ 60.545
09/2012	R\$ 68.780	R\$ 44.988	R\$ 41.651	R\$ 8.982	R\$ 19.984	R\$ 6.525	R\$ 61.884
10/2012	R\$ 69.637	R\$ 45.774	R\$ 37.109	R\$ 8.575	R\$ 20.583	R\$ 6.375	R\$ 64.180
11/2012	R\$ 69.751	R\$ 47.201	R\$ 34.511	R\$ 8.332	R\$ 19.855	R\$ 6.481	R\$ 67.927
12/2012	R\$ 71.097	R\$ 47.843	R\$ 33.505	R\$ 8.013	R\$ 20.573	R\$ 6.044	R\$ 69.137
01/2013	R\$ 70.488	R\$ 46.952	R\$ 34.688	R\$ 8.368	R\$ 19.403	R\$ 5.706	R\$ 68.701
02/2013	R\$ 71.631	R\$ 47.224	R\$ 34.931	R\$ 8.811	R\$ 19.659	R\$ 5.691	R\$ 68.378
03/2013	R\$ 71.983	R\$ 47.639	R\$ 34.101	R\$ 8.420	R\$ 19.331	R\$ 6.093	R\$ 69.510
04/2013	R\$ 73.742	R\$ 48.147	R\$ 32.914	R\$ 9.245	R\$ 20.073	R\$ 5.995	R\$ 71.085
05/2013	R\$ 75.380	R\$ 49.549	R\$ 31.243	R\$ 9.516	R\$ 20.434	R\$ 5.932	R\$ 73.730
06/2013	R\$ 76.173	R\$ 50.698	R\$ 30.303	R\$ 9.169	R\$ 20.160	R\$ 6.576	R\$ 74.686
07/2013	R\$ 76.974	R\$ 51.425	R\$ 31.106	R\$ 8.770	R\$ 20.115	R\$ 7.029	R\$ 76.948
08/2013	R\$ 77.605	R\$ 51.922	R\$ 31.830	R\$ 8.444	R\$ 20.637	R\$ 7.148	R\$ 79.089
09/2013	R\$ 77.800	R\$ 52.238	R\$ 32.265	R\$ 8.813	R\$ 19.909	R\$ 7.623	R\$ 77.651
10/2013	R\$ 76.972	R\$ 51.552	R\$ 33.115	R\$ 8.572	R\$ 20.637	R\$ 8.117	R\$ 76.830
11/2013	R\$ 78.380	R\$ 53.232	R\$ 33.066	R\$ 8.904	R\$ 20.328	R\$ 8.708	R\$ 76.033
12/2013	R\$ 77.272	R\$ 53.088	R\$ 32.335	R\$ 8.593	R\$ 21.711	R\$ 8.564	R\$ 73.994
01/2014	R\$ 79.679	R\$ 53.055	R\$ 34.294	R\$ 8.385	R\$ 22.044	R\$ 8.335	R\$ 75.731
02/2014	R\$ 80.581	R\$ 53.099	R\$ 34.491	R\$ 8.895	R\$ 23.157	R\$ 8.491	R\$ 77.655
03/2014	R\$ 79.057	R\$ 52.666	R\$ 33.930	R\$ 8.583	R\$ 22.589	R\$ 8.536	R\$ 79.488
04/2014	R\$ 79.563	R\$ 52.839	R\$ 33.689	R\$ 8.946	R\$ 20.922	R\$ 9.655	R\$ 78.783
05/2014	R\$ 79.217	R\$ 52.492	R\$ 33.881	R\$ 8.699	R\$ 20.807	R\$ 10.811	R\$ 78.719

	Média geral	Capital de giro	Investimento	Giro rotativo	Recebíveis	Outros	Recursos direcionados
06/2014	R\$ 79.729	R\$ 55.209	R\$ 29.762	R\$ 9.278	R\$ 20.683	R\$ 11.297	R\$ 77.369
07/2014	R\$ 80.237	R\$ 55.283	R\$ 28.911	R\$ 9.094	R\$ 21.907	R\$ 11.923	R\$ 76.779
08/2014	R\$ 79.859	R\$ 55.407	R\$ 30.209	R\$ 8.847	R\$ 20.478	R\$ 11.540	R\$ 75.460
09/2014	R\$ 80.915	R\$ 55.587	R\$ 31.743	R\$ 8.612	R\$ 20.370	R\$ 10.508	R\$ 79.124
10/2014	R\$ 81.715	R\$ 55.385	R\$ 31.954	R\$ 8.251	R\$ 22.513	R\$ 10.231	R\$ 81.422
11/2014	R\$ 82.172	R\$ 54.154	R\$ 32.269	R\$ 8.927	R\$ 21.409	R\$ 10.577	R\$ 83.395
12/2014	R\$ 81.669	R\$ 53.501	R\$ 32.020	R\$ 8.802	R\$ 20.221	R\$ 11.008	R\$ 86.395
01/2015	R\$ 80.777	R\$ 52.540	R\$ 31.671	R\$ 9.050	R\$ 21.146	R\$ 10.957	R\$ 84.236
02/2015	R\$ 79.855	R\$ 50.543	R\$ 31.217	R\$ 8.731	R\$ 20.852	R\$ 10.755	R\$ 83.355
03/2015	R\$ 79.544	R\$ 49.571	R\$ 30.498	R\$ 8.389	R\$ 21.134	R\$ 11.719	R\$ 81.675
04/2015	R\$ 78.028	R\$ 48.856	R\$ 29.423	R\$ 8.690	R\$ 22.474	R\$ 11.474	R\$ 82.327
05/2015	R\$ 77.463	R\$ 48.367	R\$ 28.896	R\$ 8.310	R\$ 22.716	R\$ 11.625	R\$ 81.267
06/2015	R\$ 77.692	R\$ 48.327	R\$ 29.201	R\$ 9.603	R\$ 21.791	R\$ 10.956	R\$ 80.539
07/2015	R\$ 76.402	R\$ 48.049	R\$ 28.939	R\$ 8.656	R\$ 21.577	R\$ 11.041	R\$ 81.041
08/2015	R\$ 77.260	R\$ 48.126	R\$ 30.338	R\$ 8.719	R\$ 21.344	R\$ 11.280	R\$ 80.488
09/2015	R\$ 76.065	R\$ 46.890	R\$ 28.308	R\$ 8.690	R\$ 22.814	R\$ 11.313	R\$ 79.887

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

Notas:

1. Valores constantes de setembro de 2015, deflacionados pelo IPCA.
2. Para o cálculo dos valores médios expressos nesta tabela, foram consideradas apenas as empresas efetivamente tomadoras da modalidade de crédito em questão.



10

ANÁLISE DOS
TOMADORES DE CRÉDITO
POR SEGMENTOS

10. ANÁLISE DOS TOMADORES DE CRÉDITO POR SEGMENTOS

Até a seção anterior, a maioria das informações geradas partiram do cruzamento do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) das empresas da pesquisa original do Sebrae com os dados destas mesmas empresas no SCR, resultando em séries históricas entre janeiro de 2012 e setembro de 2015.

Nesta seção é apresentada uma análise mais detalhada sobre as características dos tomadores de crédito, por:

- Sexo;
- Faixa etária;
- Faixa de escolaridade;
- Porte do empreendimento;
- Condição de adimplência;
- Condição de risco.

Ao contrário dos capítulos anteriores, em que foram priorizadas as análises das séries temporais, aqui trata-se de uma análise do tipo *cross-section*, ou seja, um corte da informação em um ponto específico do tempo. Esta abordagem facilita a análise comparativa de segmentos diferentes do universo estudado.

Os critérios de classificação dos entrevistados por porte (MEI/ME/EPP), sexo (homens/mulheres), escolaridade (até Ensino Médio completo/Ensino Superior incompleto ou mais) e faixa etária (até 34 anos/35 anos ou mais) foram obtidos da pesquisa original do Sebrae.

Os critérios de classificação de adimplência (adimplentes/inadimplentes) e risco (baixo risco/alto risco) são oriundos do SCR. As informações das operações de crédito das empresas da amostra aqui analisada também foram extraídas do SCR.

10.1 Análise dos créditos dos empresários por sexo

Em setembro/2015 verificou-se que, na análise transversal por sexo, 39,5% das empresárias

e 43% dos empresários eram tomadores de crédito (tabela 2). Os homens não apenas apresentam a maior proporção de endividados, como também respondem pela maior parcela dos créditos tomados pelas MPE. Do valor total dos empréstimos direcionados às MPE, 69% foram tomados pelos homens e 31% pelas mulheres. Os homens responderam pela maior parcela dos empréstimos em todas as modalidades (capital de giro, investimento, giro rotativo, recebíveis, outros e recursos direcionados). Em parte, isso deve-se ao fato de a maioria dos indivíduos que possuem um empreendimento formal ser do sexo masculino.⁵

O valor médio dos créditos tomados pelos homens (R\$ 80,6 mil) é quase 20% superior ao tomado por mulheres (R\$ 67,5 mil). Apenas no caso da modalidade giro rotativo é que o valor médio tomado por mulheres (R\$ 9,4 mil) supera o valor tomado pelos homens (R\$ 8,3 mil). Vale observar que esta modalidade é uma das que possui maior custo para os tomadores, por ser predominantemente composta pelo “cheque especial” e a “conta garantida” (operações com alta liquidez e elevado custo). Como consequência disso, a taxa de juros média paga pelas mulheres (34,6% a.a.) supera a paga pelos homens (31,1%).

O prazo médio das operações é próximo a 30 meses em ambos os casos. Quando ponderado o resultado pelo volume dos créditos, o prazo médio das operações de crédito às mulheres chega perto de 86 meses, um pouco maior do que o verificado nas operações endereçadas aos homens (82 meses).

A proporção de empresas inadimplentes é mais alta no grupo dos homens (4,4%) do que no grupo das mulheres (3,7%).

⁵ Segundo o Sebrae (2014), os homens respondiam por 66% dos empresários no Brasil, em 2013, enquanto as mulheres respondiam por 34% desse total.

Tabela 2 – Informações por sexo (setembro/2015)

% de empresas endividadas		Feminino	Masculino	Total de empresas da amostra
		39,5%	43,0%	41,7%
Valor total das operações	Total	31%	69%	100%
	Capital de giro	32%	68%	100%
	Investimento	28%	72%	100%
	Giro rotativo	37%	63%	100%
	Recebíveis	34%	66%	100%
	Outros	25%	75%	100%
	Recursos direcionados	29%	71%	100%
Valor médio das operações	Total	R\$ 67.492	R\$ 80.563	R\$ 76.065
	Capital de giro	R\$ 40.728	R\$ 50.402	R\$ 46.890
	Investimento	R\$ 22.688	R\$ 31.327	R\$ 28.308
	Giro rotativo	R\$ 9.397	R\$ 8.320	R\$ 8.690
	Recebíveis	R\$ 20.826	R\$ 23.969	R\$ 22.814
	Outros	R\$ 8.279	R\$ 12.888	R\$ 11.313
	Recursos direcionados	R\$ 72.401	R\$ 83.447	R\$ 79.887
Taxa de juros média paga nas operações		34,6% a.a.	31,1% a.a.	32,2% a.a.
Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra		29,9 meses	30,6 meses	30,4 meses
Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito		85,9 meses	82,0 meses	83,2 meses
Proporção de empresas inadimplentes		3,7%	4,4%	4,2%

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

10.2 Análise dos créditos dos empresários por faixa etária

Na análise transversal por faixa etária (tabela 3), verificou-se que, em setembro de 2015, a proporção de tomadores de crédito, no grupo dos empresários com até 34 anos (43,5%), era superior à encontrada nos empresários com 35 anos ou mais (41%). Apesar disso, 66% dos tomadores tinham 35 anos ou mais, enquanto 33% tinham até 34 anos. Em parte, isso deve-se ao fato de haver mais empresários com 35 anos ou mais na economia brasileira do que com até 34 anos.⁶

Os empresários com 35 anos ou mais respondem pela maior parte dos empréstimos em todas as modalidades (capital de giro, investimento, giro rotativo, recebíveis, outros e recursos direcionados). Apesar disso, os empresários mais novos parecem ser mais propensos a se endividar, já que o valor médio dos empréstimos, no grupo com até 34 anos (R\$ 93,5 mil), é 34% superior ao valor médio dos empréstimos no grupo com 35 anos ou mais (R\$ 69,6 mil). O valor médio dos créditos entre os mais jovens é superior ao dos mais velhos em quase todas as modalidades (exceto na modalidade outros créditos).

A taxa média de juros paga pelos que têm até 34 anos (30,1% a.a.) é mais baixa que a paga pelos que têm 35 anos ou mais (33,3% a.a.). Em parte, isso pode ser explicado pelos valores médios mais altos tomados pelos mais jovens (volumes maiores de crédito costumam contar com taxas de juros mais baixas), em especial no caso dos recursos direcionados, modalidade de crédito que, em geral, apresenta taxas de juros mais baixas do que a média das operações com recursos livres.

Quando ponderadas as empresas pelo peso original da amostra, o prazo médio é mais alto no grupo com 35 anos ou mais. Porém, quando ponderado pelo valor dos empréstimos, o prazo médio é mais alto no grupo dos que têm até 34 anos. Novamente, deve-se lembrar que operações com valores maiores (por exemplo, com recursos direcionados e com recursos para investimento) envolvem prazos mais elevados, o que ajuda a explicar este último resultado.

Os mais jovens parecem ter menos aversão a tomar crédito, mas, em compensação, apresentam maior taxa de inadimplência. Em setembro de 2015, cerca de 6% dos empresários com até 34 anos estavam inadimplentes, enquanto apenas 3,4% dos que têm 35 anos ou mais estavam nesta condição.

⁶ Segundo o Sebrae (2014), 65% dos empresários brasileiros tinham 35 anos ou mais, contra 35% que possuíam até 34 anos.

Tabela 3 – Informações por faixa etária (setembro/2015)

% de empresas endividadas		Até 34 anos	35 anos ou mais	Sem informação	Total de empresas da amostra
		43,5%	41,0%	51,7%	41,7%
Valor total das operações	Total	34%	66%	0,4%	100%
	Capital de giro	35%	65%	0,3%	100%
	Investimento	38%	62%	0,4%	100%
	Giro rotativo	33%	67%	0,0%	100%
	Recebíveis	33%	66%	0,3%	100%
	Outros	22%	77%	0,3%	100%
	Recursos direcionados	34%	65%	1%	100%
Valor médio das operações	Total	R\$ 93.514	R\$ 69.644	R\$ 54.430	R\$ 76.065
	Capital de giro	R\$ 58.750	R\$ 42.455	R\$ 29.644	R\$ 46.890
	Investimento	R\$ 34.157	R\$ 25.698	R\$ 17.491	R\$ 28.308
	Giro rotativo	R\$ 10.889	R\$ 7.927	R\$ 1.085	R\$ 8.690
	Recebíveis	R\$ 23.604	R\$ 22.431	R\$ 24.493	R\$ 22.814
	Outros	R\$ 8.542	R\$ 12.519	R\$ 7.074	R\$ 11.313
	Recursos direcionados	R\$ 88.877	R\$ 75.559	R\$ 148.231	R\$ 79.887
Taxa de juros média paga nas operações (% a.a.)		30,1% a.a.	33,3% a.a.	25,3% a.a.	32,2% a.a.
Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra (em meses)		26,1 meses	32,1 meses	20,4 meses	30,4 meses
Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito (em meses)		92,2 meses	78,0 meses	n.d.	83,2 meses
Proporção de empresas inadimplentes (%)		6,1%	3,4%	0,0%	4,2%

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

10.3 Análise dos créditos dos empresários por faixa de escolaridade

Em setembro de 2015 verificou-se que, no grupo dos que têm até o Ensino Médio completo, 41% são tomadores de crédito. Já no grupo dos que têm Ensino Superior incompleto ou mais, essa proporção chega a 43,2% (tabela 4).

Apesar da proporção de tomadores de crédito ser ligeiramente maior entre os mais escolarizados, são os menos escolarizados que respondem pela maior parcela dos créditos concedidos às MPE (56% dos créditos às MPE estão nas mãos dos que têm até o Ensino Médio completo, e 44% com os que têm Ensino Superior incompleto ou mais). Isso porque os menos escolarizados são a ampla maioria dos empresários do país.⁷

Os menos escolarizados tomam a maior parte dos empréstimos em todas as modalidades (capital de giro, investimento, giro rotativo, recebíveis, outros e recursos direcionados). É especialmente alta a parcela dos menos escolarizados nos créditos para investimento.

Apesar de os menos escolarizados responderem pela maior parte dos empréstimos, o valor médio dos créditos tomados pelos mais escolarizados (R\$ 94,6 mil) é 44% superior ao valor médio dos créditos tomados pelos menos escolarizados (R\$ 65,7 mil). O valor médio dos mais escolarizados também é maior em todas as modalidades de empréstimo analisadas.

A taxa de juros média paga pelos menos escolarizados (33,2% a.a.) supera a paga pelos mais escolarizados (31,1%). Uma possível explicação pode estar no fato daquele primeiro grupo utilizar maior proporção de giro rotativo (cheque especial e conta garantida). Aquele primeiro grupo também toma valores médios mais baixos.

O prazo médio das operações é próximo a 30 meses em ambos os casos. Quando ponderado o resultado pelo volume dos créditos, o prazo médio é próximo a 83 meses em ambos os casos.

A proporção de empresas inadimplentes é mais alta no grupo dos que têm nível superior incompleto ou mais (5,2% são inadimplentes) do que no grupo que detém até o Ensino Médio

⁷ Segundo o Sebrae (2014), a ampla maioria dos empresários brasileiros (66%) tinha, no máximo, o Ensino Médio. Apenas 34% tinham Ensino Superior incompleto ou mais.

(3,6% são inadimplentes).

Tabela 4 – Informações por faixa de escolaridade (setembro/2015)

% de empresas endividadas		Até o Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto ou mais	Sem informação	Total de empresas da amostra
		41,0%	43,2%	33,0%	41,7%
Valor total das operações	Total	56%	44%	0,3%	100%
	Capital de giro	57%	42%	0,2%	100%
	Investimento	62%	37%	0,4%	100%
	Giro rotativo	53%	47%	0,0%	100%
	Recebíveis	49%	51%	0,0%	100%
	Outros	54%	46%	0,3%	100%
	Recursos direcionados	54%	45%	1%	100%
Valor médio das operações	Total	R\$ 65.784	R\$ 94.624	R\$ 94.713	R\$ 76.065
	Capital de giro	R\$ 42.217	R\$ 55.284	R\$ 35.850	R\$ 46.890
	Investimento	R\$ 25.905	R\$ 33.768	R\$ 17.491	R\$ 28.308
	Giro rotativo	R\$ 7.335	R\$ 11.057	R\$ 569	R\$ 8.690
	Recebíveis	R\$ 18.911	R\$ 28.375	—	R\$ 22.814
	Outros	R\$ 9.840	R\$ 13.720	R\$ 12.480	R\$ 11.313
	Recursos direcionados	R\$ 76.516	R\$ 83.793	R\$ 148.231	R\$ 79.887
Taxa de juros média paga nas operações (% a.a.)		33,2% a.a.	31,0% a.a.	19,5% a.a.	32,2% a.a.
Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra (em meses)		31,0 meses	29,2 meses	30,3 meses	30,4 meses
Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito (em meses)		82,4 meses	83,2 meses	—	83,2 meses
Proporção de empresas inadimplentes (%)		3,6%	5,2%	0,0%	4,2%

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

10.4 Análise dos créditos das empresas por porte

Na análise transversal por porte (tabela 5), verificou-se que, em setembro de 2015, 17,4% dos MEI, 48,7% das ME e 72% das EPP estavam endividadas.

Apesar de as EPP apresentarem a maior proporção de empresas endividadas, são as ME que respondem pela maior fatia do total dos empréstimos tomados pelas MPE. Respectivamente, as ME, as EPP e os MEI responderam por 62%, 36% e 2% dos créditos tomados pelas MPE, em setembro de 2015. Em parte, isso deve-se ao elevado número de ME existente no universo estudado.⁸ Também contribuiu para isso a forte expansão do crédito às ME no período 2012-2014.⁹ Com relação aos MEI, a despeito de constituírem o grupo mais numeroso, por limitação legal operam em uma faixa de faturamento muito baixa,¹⁰ e ainda não conseguiram uma inserção mais expressiva no acesso às linhas de crédito.¹¹

As ME respondem pela maior parcela dos empréstimos em todas as modalidades analisadas (capital de giro, investimento, giro rotativo, recebíveis, outros e recursos direcionados). No entanto, são destaques as altas participações das ME nas modalidades de recursos direcionados (em que as ME respondem por 66% do total desta modalidade) e de investimentos (em que as ME respondem por 65% do total desta modalidade).

Naturalmente, o valor médio dos empréstimos das EPP supera o valor médio dos demais portes de empresas, por conta das escalas de negócio envolvidas nestas empresas.

A taxa de juros média paga pelos MEI (52% a.a.) é bem mais elevada do que a paga pelas ME (32,2% a.a.) e pelas EPP (30,9%). Os MEI utilizam mais as linhas mais caras, como o giro rotativo (cheque especial e conta garantida), além de solicitarem quantias menores (o que pode levar a

⁸ Segundo estimativas do Sebrae (2015), em dezembro de 2015 havia 5,3 milhões de MEI, 3,8 milhões de ME e 1,1 milhão de EPP. Ver em "O Público do Sebrae," Sebrae, 2015.

⁹ Ver capítulo 2 deste relatório (gráfico 3).

¹⁰ Segundo o Simples Nacional, a receita bruta anual dos MEI é limitada a R\$ 60 mil/ano; a das ME é limitada a R\$ 360 mil/ano; e a das EPP é limitada a R\$ 3,6 milhões/ano.

¹¹ O MEI passou a existir como figura jurídica a partir de 1999. Além de serem empreendimentos muito novos, em sua maioria, apresentam como característica marcante poucos registros, contábeis e financeiros, o que dificulta a avaliação da concessão de crédito por parte dos bancos.

taxas de juros maiores) e terem menos “histórico” no relacionamento com os agentes de crédito.

Os prazos médios também são menores no caso dos MEI (21,1 meses na amostra original e 55 meses nas operações ponderadas pelo volume de crédito). Possivelmente, isso deve-se às características específicas deste segmento: trabalham com escalas muito reduzidas e com um ciclo de produção mais curto. Já a inadimplência também é maior no grupo dos MEI (6,5%) do que no grupo das ME (4,2%) e das EPP (2,2%). Neste caso, o porte maior das EPP tende a favorecer a estabilidade desses negócios.

Tabela 5 – Informações por porte do empreendimento (setembro/2015)

% de empresas endividadas		MEI	ME	EPP	Total de empresas da amostra
		17,4%	48,7%	72,0%	41,7%
Valor total das operações	Total	2%	62%	36%	100%
	Capital de giro	3%	61%	37%	100%
	Investimento	6%	65%	29%	100%
	Giro rotativo	3%	61%	36%	100%
	Recebíveis	1%	58%	41%	100%
	Outros	4%	56%	40%	100%
	Recursos direcionados	1%	66%	34%	100%
Valor médio das operações	Total	R\$ 13.637	R\$ 67.722	R\$ 152.833	R\$ 76.065
	Capital de giro	R\$ 11.608	R\$ 40.124	R\$ 93.753	R\$ 46.890
	Investimento	R\$ 13.860	R\$ 26.752	R\$ 43.780	R\$ 28.308
	Giro rotativo	R\$ 2.147	R\$ 7.518	R\$ 17.517	R\$ 8.690
	Recebíveis	R\$ 5.643	R\$ 18.715	R\$ 37.982	R\$ 22.814
	Outros	R\$ 3.322	R\$ 8.968	R\$ 26.962	R\$ 11.313
	Recursos direcionados	R\$ 24.132	R\$ 72.242	R\$ 107.221	R\$ 79.887
Taxa de juros média paga nas operações (% a.a.)		52,0% a.a.	32,2% a.a.	30,9% a.a.	32,2% a.a.
Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra (em meses)		21,1 meses	32,0 meses	30,6 meses	30,4 meses
Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito (em meses)		55,0 meses	87,1 meses	78,0 meses	83,2 meses
Proporção de empresas inadimplentes (%)		6,5%	4,2%	2,2%	4,2%

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

10.5 Análise dos créditos das empresas por condição de adimplência

Em setembro de 2015, 96% das empresas estavam adimplentes e 4% inadimplentes (tabela 6). A proporção de empresas inadimplentes chegou a 6% nas linhas de crédito para investimento, giro rotativo (cheque especial e conta garantida) e outras linhas. E foi bem baixa (3%) no caso dos recursos direcionados. Isso pode ser explicado, em parte, pelo alto custo do crédito para giro rotativo, por exemplo, em relação ao custo das operações com recursos direcionados, sobrecarregando mais o fluxo financeiro das empresas.

O valor médio total dos créditos dos adimplentes (R\$ 76 mil) é maior que o dos inadimplentes (R\$ 70 mil). Porém, quando tomadas as modalidades de crédito de forma mais específica, os valores médios dos inadimplentes são maiores no caso das modalidades capital de giro e giro rotativo (cheque especial e conta garantida). Logo, percebe-se que os inadimplentes tem uma participação maior nas linhas de capital de giro e giro rotativo. As altas taxas de juros do giro rotativo (cheque especial e conta garantida) ajudam a explicar as altas taxas de juros pagas pelos inadimplentes.

Em termos de prazos, não parece haver diferenças significativas entre os dois grupos, adimplentes e inadimplentes, na amostra original (30 meses). Porém, quando considerado o prazo médio ponderado pelos volumes, os adimplentes apresentam prazos maiores (83,5 meses) que os inadimplentes (75,2 meses). Deve colaborar para isso o fato de boa parte dos adimplentes continuarem com acesso ao crédito bancário, enquanto os inadimplentes, por sua condição de inadimplência, enfrentam maiores dificuldades para conseguir novos empréstimos.

Tabela 6 – Informações por adimplente/inadimplente (setembro/2015)

% de empresas endividadas		Adimplente	Inadimplente	Total de empresas da amostra
		100%	100%	41,7%
Valor total das operações	Total	96%	4%	100%
	Capital de giro	96%	4%	100%
	Investimento	94%	6%	100%
	Giro rotativo	94%	6%	100%
	Recebíveis	98%	2%	100%
	Outros	94%	6%	100%
	Recursos direcionados	97%	3%	100%
Valor médio das operações	Total	R\$ 76.319	R\$ 70.217	R\$ 76.065
	Capital de giro	R\$ 46.627	R\$ 53.719	R\$ 46.890
	Investimento	R\$ 28.587	R\$ 24.654	R\$ 28.308
	Giro rotativo	R\$ 8.561	R\$ 11.541	R\$ 8.690
	Recebíveis	R\$ 23.023	R\$ 15.134	R\$ 22.814
	Outros	R\$ 11.301	R\$ 11.524	R\$ 11.313
	Recursos direcionados	R\$ 80.459	R\$ 62.941	R\$ 79.887
Taxa de juros média paga nas operações (% a.a.)		31,7% a.a.	42,8% a.a.	32,2% a.a.
Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra (em meses)		30,4 meses	30,1 meses	30,4 meses
Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito (em meses)		83,5 meses	75,2 meses	83,2 meses
Proporção de empresas inadimplentes (%)		0,0%	100%	4,2%

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

10.6 Análise dos créditos das empresas por condição de risco

Na análise transversal por condição de risco (tabela 7) verificou-se que, em setembro de 2015, 63% do total dos empréstimos concedido eram considerados de baixo risco, 30% de médio risco e 8% de alto risco.¹² Por modalidade de crédito, no extremo negativo, a proporção de alto risco chegou a 11% no giro rotativo (cheque especial e conta garantida). No extremo positivo, a proporção de crédito de baixo risco chegou a 76%, no caso dos recursos direcionados.

O maior valor médio total está nos créditos de baixo risco (R\$ 77 mil), seguido pelo médio risco (R\$ 75 mil) e pelo alto risco (R\$ 69 mil). Em parte, isso pode estar espelhando um comportamento mais cauteloso por parte das instituições de crédito, que tendem a limitar suas operações de empréstimo nas atividades de maior risco.

A taxa de juros paga nas operações de alto risco (39,4% a.a.) é mais alta que a paga nas operações de médio risco (35,4% a.a.) e nas de baixo risco (29,6%), seguindo a lógica esperada para estas operações, já que os bancos tendem a cobrar taxas de juros mais altas nas operações de maior risco.

O prazo médio das operações mais alto é encontrado nas operações de médio risco, considerando o “peso” original das empresas na amostra. Já o prazo médio mais alto das operações ponderadas pelo volume de crédito é encontrado nas operações de baixo risco (91,5 meses).

No grupo das operações de baixo risco, a taxa de inadimplência é próxima de zero. Nas operações de médio risco chega a 1,3% das empresas, e nas operações de alto risco chega a 44,6% das empresas. Em parte, isso deve-se às metodologias de classificação de risco adotadas pelas instituições de crédito.

¹² Operações de baixo risco são aquelas classificadas como AA ou A (apresentam uma chance de inadimplência muito baixa e nenhum atraso). As operações de médio risco são as classificadas como B ou C (apresentam uma chance de inadimplência moderada, podendo apresentar, no máximo, atrasos de até 60 dias); e as de alto risco, classificadas como D, E, F, G ou H (apresentam uma chance de inadimplência maior que as categorias anteriores, podendo ter atrasos superiores a 60 dias). Segundo a Resolução CMN nº 2.682/1999, a classificação da operação no nível de risco é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira; grau de endividamento; capacidade de geração de resultados; fluxo de caixa; administração e qualidade de controles; pontualidade e atrasos nos pagamentos; contingências; setor de atividade econômica; e limite de crédito. Em relação à operação, devem contemplar, pelo menos, os seguintes aspectos: natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e valor.

Tabela 7 – Informações por condição de risco (setembro/2015)

% de empresas endividadas		Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total de empresas da amostra
		100%	100%	100%	41,7%
Valor total das operações	Total	63%	30%	8%	100%
	Capital de giro	58%	35%	7%	100%
	Investimento	59%	32%	9%	100%
	Giro rotativo	53%	36%	11%	100%
	Recebíveis	70%	27%	3%	100%
	Outros	35%	31%	33%	100%
	Recursos direcionados	76%	21%	3%	100%
Valor médio das operações	Total	R\$ 77.574	R\$ 74.813	R\$ 69.507	R\$ 76.065
	Capital de giro	R\$ 43.058	R\$ 54.155	R\$ 49.857	R\$ 46.890
	Investimento	R\$ 26.794	R\$ 34.357	R\$ 22.332	R\$ 28.308
	Giro rotativo	R\$ 7.602	R\$ 9.763	R\$ 12.681	R\$ 8.690
	Recebíveis	R\$ 25.907	R\$ 18.143	R\$ 15.703	R\$ 22.814
	Outros	R\$ 7.243	R\$ 10.586	R\$ 33.792	R\$ 11.313
	Recursos direcionados	R\$ 98.789	R\$ 48.706	R\$ 60.228	R\$ 79.887
Taxa de juros média paga nas operações (% a.a.)		29,6% a.a.	35,4% a.a.	39,8% a.a.	32,2% a.a.
Prazo médio das operações com o peso original das empresas na amostra (em meses)		28,6 meses	33,9 meses	31,4 meses	30,4 meses
Prazo médio das operações ponderado pelo volume de crédito (em meses)		91,5 meses	66,4 meses	79,4 meses	83,2 meses
Proporção de empresas inadimplentes (%)		0,0%	1,3%	44,6%	4,2%

Fonte: BC - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e Sebrae

11

CONSIDERAÇÕES FINAIS

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório é o primeiro da série que se pretende produzir conjuntamente, no âmbito da parceria do Sebrae com o BC. O trabalho visou monitorar e difundir o uso de indicadores de crédito dos Pequenos Negócios. Neste relatório foram apresentadas diversas séries estatísticas inéditas, específicas sobre as MPE. Os dados das séries em questão têm início em janeiro de 2012 e estendem-se até setembro/2015, último mês para o qual estão disponíveis.

Em resumo, a análise das séries apresentadas revela que, em setembro de 2015, 41,7% das empresas mantiveram algum tipo de operação ativa de crédito junto ao SFN. Isso representa uma expansão de 43% na proporção de empresas com acesso a crédito, na comparação com o primeiro mês da série, janeiro de 2012. Não obstante, houve uma redução desta proporção quando compara-se ao pico da série, que foi em julho de 2014 (ocasião na qual 43% das empresas possuíam algum tipo de empréstimos/financiamento).

Quando tomado o valor total das operações de crédito dos Pequenos Negócios, este apresentou uma expansão ainda maior (65%) na comparação de janeiro de 2012 com setembro de 2015. Não obstante, nos últimos 12 meses, terminados em setembro de 2015, registrou-se uma queda no valor total das operações de crédito destas empresas, em parte devida à desaceleração da própria economia brasileira. No período de maior expansão do crédito às MPE, entre 2012 e 2014, foram as ME que conseguiram se beneficiar mais deste processo, aumentando de forma expressiva sua participação relativa no total dos créditos concedidos às MPE.

Em setembro de 2015, o valor médio das operações de crédito foi de R\$ 76.065 (o valor mais baixo para o mês de setembro, desde setembro de 2013); a taxa média de juros paga pelas empresas foi de 32,2% a.a. (a mais alta de toda a série histórica); e o prazo médio foi de 83 meses. Dos recursos utilizados pelas MPE (setembro de 2015), 67% são recursos livres e 33% recursos direcionados (aqueles que têm destinação definida em norma oficial ou lei).

Dentro das operações com recursos livres, apenas 11% são recursos destinados a investimentos; o restante (89%) é destinado para algum tipo de capital de giro (58% para capital de giro tradicional, 10% para giro rotativo, 11% para recebíveis e 11% para outros tipos). Essa

proporção dos empréstimos para investimentos em relação ao total (11%) é a mais baixa já verificada para o mês de setembro, desde o início da série.

Em setembro/2015, a inadimplência chegou a 4,16% das empresas que possuem operações de crédito ativa. Esta proporção foi a mais alta da série para o mês de setembro.

Na análise por segmentos específicos de tomadores de empréstimos, destaca-se:

- Por sexo, os homens respondem pela maior fatia dos empréstimos concedido às MPE (69%), o maior valor médio por operação (R\$ 80,6 mil) e a maior taxa de inadimplência (4,4%). As mulheres respondem pela menor fatia dos empréstimos (31%), o menor valor médio por operação (R\$ 67,5 mil), refletindo trabalharem com negócios menores, e a menor taxa de inadimplência (3,7%);
- Por faixa etária, os mais jovens endividam-se mais (43%), assumem dívidas com valores médios mais altos (R\$ 93,5 mil), uma proporção mais alta nos investimentos (38%) do que na média geral das operações de crédito (34%) e uma taxa de inadimplência mais alta (6,1%). Os mais velhos endividam-se menos (41%), assumem dívidas com valores médios mais baixos (R\$ 69,6 mil) e uma taxa de inadimplência mais baixa (3,4%). Os mais velhos também respondem pela maior fatia dos empréstimos concedidos às MPE (66% contra 34% dos mais jovens);
- Por faixa de escolaridade, os mais escolarizados operam com maior valor médio de empréstimo (R\$ 94 mil) e menores taxas de juros (31% a.a.), possivelmente por operarem negócios maiores e já estabelecidos, e com maior histórico. Os menos escolarizados operam com menor valor médio de empréstimo (R\$ 65,8 mil) e maiores taxas de juros (33,2% a.a.);
- Por porte de empresa, destaca-se que, apesar do número de MEI já ter superado a soma de ME e de EPP,¹³ os MEI fazem uso de apenas 2% do volume de recursos de empréstimo concedido às MPE. Eles também trabalham com prazos relativamente baixos (21 meses, contra 32 meses nas ME e 31 meses nas EPP), mas pagam as taxas de juros mais elevadas (52% a.a., contra 32% no caso das ME e 31% no caso das EPP). As ME destacam-se pela alta participação nos recursos destinados ao investimento (65% do total, contra 29% das EPP e 6% dos MEI) e pela maior fatia dos recursos totais emprestados às MPE;

¹³ Segundo estimativas do Sebrae (2015), em dezembro de 2015 havia 5,3 milhões de MEI, 3,8 milhões de ME e 1,1 milhão de EPP.

- Por condição de adimplência, 96% dos empresários estão adimplentes, pagam taxas de juros mais baixas (31,7% a.a. contra 42,8% a.a. dos inadimplentes) e operam com valores médios maiores (R\$ 76,3 mil) que os inadimplentes (R\$ 70,2 mil);
- Por condição de risco, apenas 8% do valor das operações são consideradas de alto risco, contra 30% de médio risco e 63% de baixo risco. As operações de baixo risco apresentam valores médios maiores (R\$ 77,6 mil contra R\$ 74,8 mil e R\$ 69,5 mil, respectivamente, nas de médio risco e alto risco), taxas de juros menores (29,6% a.a., contra 35,4% a.a. e 39,8% a.a., respectivamente, nas de médio risco e alto risco) e proporção menor de empresas inadimplentes (0% contra 1,3% e 44,6%, respectivamente, nas de médio risco e alto risco).



12

REFERÊNCIAS

12. REFERÊNCIAS

BC – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Brasília: BC, 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf>.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira**, Brasília, v. 14, n. 2, out./2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_10/refPub.pdf>.

LUNDBERG, Eduardo Luis. **Bancos oficiais e crédito direcionado**: o que diferencia o mercado de crédito brasileiro? Brasília: BC, 2011. (Trabalhos para Discussão, n. 258). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>>.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Empresários, potenciais empresários e produtores rurais no Brasil (2002-2012)**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a3814cbbc48b8707c6fd65d6fa76401d/\\$File/4587.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a3814cbbc48b8707c6fd65d6fa76401d/$File/4587.pdf)>.

_____. **O público do Sebrae**. Brasília: Sebrae, 2015.



0800 570 0800 / sebrae.com.br